



capes

COORDENAÇÃO
DO APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

presidência — Tarso de Moraes Dutra, Ministro da Educação e Cultura.

conselho deliberativo — Epilogo de Gonçalves Campos (diretor do Ensino Superior), Antônio Moreira Couceiro (presidente do C.N.Pq.), Amadeu Cury, Eduardo Faraco, Edrizio Barbosa Pinto, Francisco Vítor Rodrigues, Helios Bernardi, Hélio Scarabótolo, José Arthur Rios, José Walter Bautista Vidal, Kurt Politzer, Maria Aparecida Pourchet Campos, Neila Leal Costa, Oscar Machado da Silva, Orlando Magalhães Carvalho.

Suplentes — Abelardo de Brito, Erb Velleda, Francisco Degni, José de Paula Lopes Pontes, Otto Guilherme Bier.

diretoria-executiva — Mário Werneck de Alencar Lima.

*MEC tem novas
diretrizes de
incentivo à pesquisa*

O Ministério da Educação e Cultura já tem elaboradas as diretrizes setoriais e sua aplicação no campo da educação, da cultura, da ciência e da tecnologia, esclarece o Ministro Tarso Dutra na apresentação de um plano de trabalho agora impresso e que contou com a direta cooperação de vários setores especializados da pasta.

O setor da ciência e tecnologia, por ser dos mais importantes na atual conjuntura, em virtude de sua vinculação com o processo de desenvolvimento, através da pesquisa atenderá a três objetivos complementares: 1) incentivo ao conhecimento dos recursos naturais do País e solução de problemas específicos de diversos setores, segundo as condições brasileiras; 2) acompanhamento do progresso científico e tecnológico mundial, evitando que se agrave a distância em relação aos países mais desenvolvidos e adaptando a tecnologia às nossas próprias necessidades; 3) amparo e desenvolvimento da tecnologia nacional, como instrumento de aceleração do desenvolvimento.

Segundo o esquema do MEC, "a formulação de um plano de desenvolvimento científico e tecnológico deverá definir-se à medida que se realizem os levantamentos indispensáveis. Desde já, entretanto, necessário se faz formular as diretrizes de uma política, no setor, como se segue: 1) fortalecer as instituições nacionais de pesquisa, sem prejuízo da colaboração em programas multinacionais; 2) assistir o pesquisador, dotando-o de condições adequadas de trabalho e

remuneração condigna, de modo a evitar a evasão de técnicos e cientistas; 3) incentivar a formação de especialistas, visando à constituição de uma elite capacitada a promover o desenvolvimento científico e tecnológico em bases nacionais; 4) evitar o fracionamento inconveniente de recursos destinando-os a programas prioritários e a instituições adequadamente aparelhadas para a sua execução; 5) intensificar a captação de recursos privados para os programas de pesquisa científica e tecnológica; 6) coordenar os programas de assistência técnica prestada ao País por entidades internacionais, de modo a promover sua adequação às necessidades nacionais e assegurar maior rendimento dessa colaboração.

Por sua interligação com o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia, de que tanto carece o País, como fator de integração na arrancada para o desenvolvimento em tôdas as áreas da inteligência humana, o Ministério da Educação e Cultura através de seus órgãos técnicos, formulou planos de longo alcance no que diz respeito ao ensino superior.

Segundo o planejamento, os objetivos serão alcançados por meio de:

a) reforma do ensino universitário, para a sua eficiência e modernização, revisão curricular, flexibilidade administrativa e convivência universitária, mediante:

— eliminação progressiva das instituições isoladas de ensino superior, aglutinando-se as atualmente existentes em distritos geo-universitários;

— implantação de institutos de formação universitária, nos ciclos básico e profissional;

— retribuição condigna do pessoal docente e técnico dedicado ao ensino e à pesquisa, para atender à relevância da função, à seleção de valores e ao aproveitamento integral das respectivas atividades, e evitar a emigração de recursos humanos nacionais;

— reformulação da carreira do magistério, de forma que o acesso do docente dependa essencialmente de condições de estágio e de capacidade profissional;

— ampliação e diversificação da formação superior, inclusive de técnicos, profissionais ou especialistas, em cursos

de menor duração, para atender às demandas do mercado de trabalho;

— maior captação de recursos da comunidade, para custeio e financiamento do sistema.

b) Ampliação das matrículas de ensino superior, especialmente nas formações profissionais consideradas prioritárias, pelo seu caráter social e interesse no processo de desenvolvimento nacional.

c) Integração da Universidade na comunidade regional e nacional, para êsse fim organizando os currículos dos cursos de formação com disciplina de tecnologia básica e de tecnologia social.

d) Revisão dos currículos de preparação profissional, de modo que dêles façam parte disciplinas de formação geral, para orientação humanística e social dos alunos.

e) Intensificação da pós-graduação, em mestrado e doutorado, a fim de formar pessoal docente e proporcionar recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento.

f) Desenvolvimento, mediante sistema planejado, de programas de bolsas de estudo e auxílios para pós-graduação e extensão universitária no País e no exterior.

g) Desenvolvimento das atividades de pesquisa e integração da Universidade no meio, com adaptação dos currículos às características regionais.

h) Assistência ao estudante, de forma coordenada, através de programas recreativos, de livros-texto, do funcionamento de restaurantes e residências universitárias.

i) Reformulação do sistema de seleção e promoção de alunos.

j) Programa de obras e equipamentos dos institutos universitários.

k) Aproveitamento integral da capacidade física das instituições de ensino com a utilização de todos os horários válidos.

l) expansão dos cursos de graduação superior nas regiões subdesenvolvidas do País, como fator de progresso, integração social, econômica e cultural das comunidades.

estudos
e atividades
da CAPES

**Informe Importante:
Bolsas no Exterior**

O Conselho Deliberativo decidiu que, somente serão concedidos auxílios (complementação às bolsas de outras entidades) para o exterior, quando os candidatos houverem esgotado as fontes e possibilidades de aperfeiçoamento, no País, a semelhança do estabelecido para a programação de bolsas integrais.

**Mais de NCr\$ 4 Milhões em
Bolsas e Auxílios Individuais**

Levantamento da Divisão de Programas mostra terem sido superadas, até novembro deste ano, as previsões quanto à concessão de bolsas de estudo no País e no exterior. Os custos desses serviços somados às despesas com auxílios individuais a bolsistas no exterior, alcançam à cifra de NCr\$ 4.086.899,90.

De acordo com os dados recolhidos, a CAPES atendeu a 827 pedidos de bolsas no País (NCr\$ 2.799.327,65) e a previsão inicial era de 752. Já o número de pedidos de bolsas para o exterior foi de 118 (NCr\$ 1.067.510,58), superando em 32 bolsas, a previsão. Também foram concedidos 78 auxílios individuais, complementação de bolsas a pós-graduados brasileiros que se encontram no exterior, no valor global de NCr\$ 220.061,77.

O quadro anexo discrimina, por área de estudo, as bolsas e os auxílios concedidos, bem como os recursos previstos e os efetivamente utilizados.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DE BOLSAS DE ESTUDO E AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELA CAPES,
NO PERÍODO DE JANEIRO A NOVEMBRO — 1967**

Campo de Estudo	Bolsas de Estudo								Auxílios individuais no Exterior			
	País				Exterior				Previsto		Concedido	
	Previsto		Concedido		Previsto		Concedido		Previsto		Concedido	
	Nº	Dotação orçamentária	Nº	Valor	Nº	Dotação orçamentária	Nº	Valor	Nº	Dotação orçamentária	Nº	Valor
<i>Ciências Básicas</i>	142	546.700,00	125	458.011,15	17	221.000,00	18	182.256,45	12	30.000,00	13	30.257,60
Biologia	56	215.600,00	61	171.348,50	5	65.000,00	6	70.266,75	5	12.500,00	9	19.923,00
Física	40	154.000,00	26	93.789,00	5	65.000,00	7	58.066,40	3	7.500,00	2	3.030,00
Matemática	14	53.900,00	13	47.538,00	4	52.000,00	4	44.481,70	2	5.000,00	3	5.936,00
Química	32	123.200,00	25	84.135,65	3	39.000,00	1	9.441,60	2	5.000,00	1	1.368,40
Quotas de Manutenção	—	—	—	61.200,00	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Ciências Bio-Médicas</i>	242	931.700,00	294	994.044,50	26	338.000,00	31	319.339,57	22	55.000,00	14	26.480,96
Enfermagem	33	127.050,00	46	138.455,00	2	26.000,00	—	—	2	5.000,00	1	1.916,80
Farmácia	33	127.050,00	38	112.137,90	3	39.000,00	1	11.001,20	1	2.500,00	1	2.362,10
Medicina	131	504.350,00	155	488.880,60	15	195.000,00	25	250.942,07	12	30.000,00	8	15.643,86
Odontologia	33	127.050,00	46	154.447,00	4	52.000,00	5	57.396,30	6	15.000,00	4	6.558,20
Veterinária	12	46.200,00	9	36.224,00	2	26.000,00	—	—	1	2.500,00	—	—
Quotas de Manutenção	—	—	—	63.900,00	—	—	—	—	—	—	—	—
<i>Ciências Humanas, Econômicas e Sociais</i>	138	531.300,00	142	445.315,00	19	247.000,00	34	217.121,26	22	60.000,00	23	74.828,60
Administração	20	77.000,00	20	55.496,00	—	—	2	17.268,75	—	—	3	13.520,70
Arquitetura e Arte	7	34.650,00	6	19.000,00	—	—	2	17.223,96	—	—	4	18.144,90
Direito	8	30.800,00	2	4.800,00	—	—	7	44.993,20	—	—	2	6.000,20
Economia	18	69.300,00	8	19.278,00	—	—	6	33.485,45	—	—	2	5.088,00
Letras, História e Geografia ..	12	46.200,00	26	70.808,00	—	(*)	5	20.180,20	—	(*)	3	5.283,50
Filosofia e Pedagogia	23	88.550,00	18	60.633,00	—	—	3	28.055,45	—	—	2	5.783,00
Psicologia	14	53.900,00	33	98.049,00	—	—	1	8.037,75	—	—	3	6.866,30
Serviço Social	14	53.900,00	17	56.143,00	—	—	2	9.931,50	—	—	1	2.335,00
Sociologia	15	57.750,00	12	32.308,00	—	—	6	37.944,90	—	—	3	11.807,00
<i>Tecnologia</i>	230	885.500,00	266	901.957,00	24	312.000,00	35	348.793,30	30	75.000,00	28	88.494,61
Agronomia	45	173.250,00	40	139.270,00	3	39.000,00	6	67.889,10	8	20.000,00	6	18.699,60
Geologia	10	38.500,00	4	9.434,00	3	39.000,00	5	50.506,20	5	12.500,00	2	2.652,70
Engenharia	145	558.250,00	194	615.134,00	16	208.000,00	20	185.920,50	15	37.500,00	20	67.142,31
Química	30	115.500,00	28	104.519,00	2	26.000,00	4	44.477,50	2	5.000,00	—	—
Quotas de Manutenção	—	—	—	33.600,00	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL	752	2.895.200,00	827	2.799.327,65	86	1.118.000,00	118	1.067.510,58	88	220.000,00	78	220.061,77

(*) Previsão global; não houve previsão por campo de estudo.

forum de opinões

Pesquisa é Abandonada nas Universidades Brasileiras

A situação da pesquisa no Brasil, o que deve ser pesquisado e por quem, e os principais obstáculos à pesquisa no País foram os aspectos abordados pelo Prof. Antônio José da Costa Nunes, da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, relator do tema "A Universidade e o Progresso da Tecnologia", que deu início à segunda sessão plenária do XII Congresso Nacional de Educação.

O professor citou os exemplos dados ao mundo pela Alemanha do após-guerra, pelo Japão, pela URSS e, mais recentemente, pela China que, em tempo relativamente curto, saíram de estágios subdesenvolvidos e até semi-feudais para se tornarem potências industriais e atômicas, baseadas exclusivamente na formação maciça e em nível elevado de cientistas e técnicos. Informou também que o Brasil gasta apenas um por cento da dotação orçamentária das Universidades em pesquisa, quando nos países desenvolvidos esta percentagem chega a 50 %.

A criação de uma suposta hierarquia no campo das pesquisas é um dos erros que estão dificultando o desenvolvimento dessa atividade no Brasil. Disse o Prof. Costa Nunes

que muitos pretendem dividi-las em científicas e tecnológicas, compreendendo as primeiras os ramos de uma ciência rotulada de pura, e sendo as segundas integradas pelas pesquisas em nível inferior, mais prático que científico. E dentro da própria classificação de pesquisas científicas pretende-se criar outra subdivisão, na qual ganharia relêvo a pesquisa atômica, tida como altamente especializada e colocada à margem das demais. Resulta dessa esquematização despropositada, frisou o professor, o aparecimento da idéia de que a pesquisa é algo teórico e sem valor para uma aplicação prática. E acrescentou:

— Há quem considere que a pesquisa atrapalha o ensino; outros acham que também o professor atrapalha, havendo ainda quem pense que os alunos igualmente estorvam, e assim vai a Universidade brasileira se distanciando cada vez mais da realidade.

— Existe, efetivamente — explicou — uma divisão de pesquisas, mas que não se concretiza em função de princípios hierárquicos ou segundo uma presumível importância. Antes da II Grande Guerra havia, nos Estados Unidos, quatro espécies de organismos dedicados à pesquisa: os laboratórios universitários, industriais, de pesquisas independentes, e governamentais, uns voltados para a pesquisa científica e outros para a pesquisa aplicada. No entanto, embora tôdas contribuam para o desenvolvimento do País, a que mais efetivamente atua na fase da arrancada para o desenvolvimento é a tecnologia aplicada à indústria, que cria condições e abre caminho para as ulteriores, daí a necessidade de se pesquisar, em primeiro lugar, assuntos de aplicação imediata que sirvam como suporte a uma constante industrialização.

— A pesquisa deve começar na Universidade — esclareceu —, através do professor, que deve viver com os alunos as experiências nos laboratórios e nas oficinas. O tempo integral é faca de dois gumes: é benefício quando realizado em alto nível; caso contrário é refúgio para incompetentes. Uma boa idéia seria novos laboratórios, anexos às Universidades, dirigidos por professôres e com tecnologistas e laboratoristas recrutados entre os estudantes, segundo critério de

aplicação e necessidades financeiras, pois, cada vez mais, o aluno precisa trabalhar para estudar. Se o desenvolvimento do País exige tecnologia própria e autônoma, por que não preparar técnicos na pesquisa, de forma a que aprendam, desde logo, a investigar e a procurar soluções e novas fórmulas para o desenvolvimento brasileiro?

— Nossa situação no campo da pesquisa se compara à de um oásis de subdesenvolvimento num deserto de realizações — afirmou o Prof. Costa Nunes. Nossa Universidade dedica 1 % de sua dotação à pesquisa, enquanto em países desenvolvidos, essa percentagem chega a 50 por cento. Esse um por cento é liberado com grande atraso, geralmente no fim do ano, e os que tiveram a ousadia de se dedicar, parcialmente, à pesquisa, já desistiram ou estão, então, mais preocupados com a própria sobrevivência, daí sermos conhecidos, nesse particular, como um País de “biscateiros”.

— Faltam recursos, falta mentalidade, falta espírito de equipe e falta confiança na Ciência e na Tecnologia. É preciso separar os verdadeiros cientistas e técnicos e cuidar para que trabalhem, ao invés de os conduzir para a política. Os Estados Unidos gastam 30 vêzes mais em pesquisa que o Brasil, a União Soviética, 25 e a França, 20. Em pesquisa nuclear os Estados Unidos gastam, por ano, 10 dólares “per capita”; a França, 7; Inglaterra, 5; África do Sul, 5; Índia, 0,3; e Brasil, 0,08.

No dia em que tiverem recursos, apoio estatal e liberdade para escolher seu campo de pesquisa, os cientistas brasileiros serão capazes de produzir o suficiente para colocar o País ao lado das grandes potências mundiais — concluiu.

Resultado de Falhas Estruturais a Baixa Produtividade na UFRJ

O Reitor Raimundo Moniz de Aragão disse que a Universidade Federal do Rio de Janeiro tem dois problemas fundamentais a superar — a sua anacrônica estrutura e a crônica construção da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão.

— Caminharam os tempos, disse o Reitor da UFRJ, e as falhas estruturais da Universidade, seu caráter artificial, a sua omissão quanto a tarefas artificiais, como a pesquisa e a prestação de serviços, além da sua baixa produtividade, foram se tornando evidentes aos olhos de todos, a admitirem críticas e protestos.

— Criou-se a instituição por forma artificial e abortiva, mediante a reunião, sob uma Rectoria meramente administrativa, de escolas e faculdades profissionais distribuídas pela área da metrópole. Infelizmente esse padrão inorgânico, de uma federação de escolas, não só foi julgado suficiente ao "jogo do faz-de-conta", como serviu de modelo, através do Decreto nº 19.851, de 1931, para as Universidades que, a seguir, foram sendo criadas no País.

— Tal erro de concepção — prosseguiu — refletiu-se, por outro lado, nos planos originários traçados durante o Estado Novo, para a Cidade Universitária, solução inepta pela qual se procurava corrigir à estrutura dissociativa e inorgânica da Universidade, já agora dita "do Brasil", mediante a colocação das escolas justapostas em um mesmo **campus**. Era a ilusão de que a contigüidade geraria a integração, como se uma formação coralina constituísse um organismo ...

— Para a correção da falta de pesquisa universitária criou-se então a Faculdade de Filosofia, que deveria, ao mesmo tempo, incumbir-se da formação de professores para o ensino secundário. Esta dualidade de encargos foi-lhe fatal, pois a tarefa mais premente e de resultados mais facilmente perceptíveis veio a predominar, ficando a Faculdade quase exclusivamente voltada à tarefa de preparar licenciados.

A partir da quadra de 1950, os reclamos pela reforma universitária foram-se fazendo mais freqüentes e mais fortes, e ressoaram em pleno Conselho Universitário, na aula magna do ano de 1959, quando o orador a preconizou, em termos da criação de institutos básicos, e produziu severa crítica ao plano diretor da Cidade Universitária.

— Pensamento semelhante orientou o plano estrutural da Universidade de Brasília, que se deveria tornar um modelo para as Universidades novas que viessem a ser

criadas, e para as Universidades existentes, que devessem empreender a sua reestruturação. Infelizmente, a forma polêmica com que os responsáveis pela criação da Universidade de Brasília a colocaram, suscitou mais reação que estímulo.

— Assim, por um momento, a bandeira da reforma passou às mãos dos que estavam mais preocupados em agitar o que em corrigir. Mas não tardou que um movimento reformista autêntico surgisse e ganhasse corpo entre os professores da Universidade, atentos ao seu desenvolvimento e eficiência, em razão dos graves compromissos da instituição com o País, o seu progresso e o bem-estar da sua população.

— Em 1962, fêz-se claro a esse grupo que as forças despertadas para a crítica e o protesto — inclusive da juventude — deviam ser canalizadas para um fim construtivo, mediante o planejamento racional da reforma, e que o atraso verificado na construção da Cidade Universitária, resultava, afinal em vantagens, pois assim o erro de concepção da sua estrutura, não se materializara, de forma definitiva e incorrigível, em cimento e ferro. A partir desse momento, planejar a reforma e proceder à revisão dos planos de construção da Cidade Universitária passaram a constituir objetivos gêmeos, para que, quando viesse a ser construída, refletisse a nova estrutura, integrativa e orgânica que a Universidade precisava revestir, e não consolidasse o equívoco da fórmula simplista de mera justaposição de unidades independentes entre si.

— O movimento pela reforma — acrescentou o Reitor da UFRJ — veio a encontrar apoio e meios de pronta efetivação nos Decretos-leis ns. 53/66 e 252/67, promulgados pelo Governo Castelo Branco. A reformulação do plano diretor das obras da Cidade Universitária foi facilmente lograda, uma vez que o Escritório Técnico passou à subordinação da Rectoria.

— Com relação aos trabalhos de implantação da reforma, alguns êxitos foram inequivocamente alcançados: — o plano de reestruturação universitária, concebido na conformidade da nova legislação, foi o primeiro apresentado ao Conselho Federal de Educação e o primeiro a ser aprovado pelo Governo,

que o homologou em decreto; também o Quadro Único de Pessoal, decorrência obrigatória do Estatuto do Magistério Superior, foi elaborado no tempo previsto em lei e aprovado pelo Presidente da República.

— Ainda neste plano, porfia a Universidade Federal do Rio de Janeiro em ser a primeira a apresentar ao Conselho Federal de Educação, o seu Estatuto, ajustado à nova diretriz renovadora da ação universitária. Se o lograr, ter-se-á que reconhecer que a mais velha das instituições do gênero, no País, revelou espírito e ânimo de reforma louvável.

Sobre a Cidade Universitária disse:

— No que diz respeito à sua construção, iniciada há mais de duas décadas e com apenas duas unidades concluídas, encontra-se na falta de recursos financeiros o seu grande óbice. Realmente, concebida para um mínimo de 30 mil estudantes (o dôbro da lotação atual), o volume das obras a realizar alça o custo do empreendimento a ordem de centenas de milhões de cruzeiros novos.

— Compreendeu a cúpula da Universidade que o primeiro passo a encetar, visando a concluir, pelo menos, os centros universitários onde a pressão por vagas é maior — o tecnológico, o de ciências exatas e o de ciências da saúde — seria angariar os recursos financeiros indispensáveis e, ao mesmo tempo, estabelecer um plano de prioridade para as obras, de modo a assegurar condições de imediata ocupação das que se fôssem completando, com eficiência de ensino e maior conforto para docentes e alunos.

— As gestões feitas para angariar recursos registram já resultados animadores, representados por doações e empréstimos, destacando-se entre os mais vultosos a doação da Fundação Gulbenkian, de 10 mil contos portugueses (cêrca de um milhão de cruzeiros novos) para a construção de residências de estudantes, o empréstimo do BID, de 10 milhões de dólares (27 e meio milhões de cruzeiros novos) para a complementação dos Centros de Ciências Exatas e de Tecnologia, e auxílios parcelados do BNDE, para a aquisição de equipamentos de pesquisa, em montante superior a 2 milhões de cruzeiros novos. Também se pode registrar, pelo grau de

consistência que já adquiriram os entendimentos, o empréstimo a ser concedido por bancos particulares, no montante de 10 milhões de dólares, que será empregado no Hospital de Clínicas, a grande e justa aspiração dos professores de Medicina, que ministram o melhor ensino, nas piores condições.

— Enquanto tais recursos extraordinários são mobilizados, a administração ataca a implantação progressiva da reforma, à custa dos recursos próprios, orçamentários e patrimoniais. Nestas bases, promoveu a instalação dos Institutos de Física e de Matemática, da Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Engenharia (COPPE) e do Departamento de Cálculo Científico (computação eletrônica), sem esquecer as instituições que não serão, desde logo, transferidas para a Ilha do Fundão. Assim, instalou na Avenida Pasteur o Instituto de Psicologia, na Rua Marquês de Olinda, o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e promove, com o concurso do Ministério da Educação e Cultura, a instalação, na Avenida Chile, da Faculdade de Letras. Essas unidades são algumas das que resultaram do desmembramento da Faculdade de Filosofia, determinadas pela legislação reformadora.

— Querendo assinalar, por assim dizer, materialmente a sua presença no campo da luta, constróem-se instalações provisórias para a Reitoria, na Cidade Universitária, as quais serão posteriormente destinadas à administração do Centro de Letras e Artes. As obras estarão concluídas dentro de dois meses e, no correr de janeiro do próximo ano, o estado-maior universitário estará situado na Ilha do Fundão. Paralelamente, outras construções aí têm lugar, como as do pavilhão de desportos, do campo de atletismo e quadras de desportos, da complementação da estrutura dos laboratórios pesados e da biblioteca, museu e auditório da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

— Como se vê, parece que a Universidade Federal do Rio de Janeiro aceitou os dois grandes desafios ao proceder à reforma e implantá-la, em termos concretos, mediante a imediata construção dos centros de caráter prioritário, no seu **campus** da Cidade Universitária, e instalação condigna das unidades que para lá irão, desde logo.

DNER Terá Cooperação de Estudantes da PUC

Projetos de estradas de rodagem, obras de arte, tráfego, cálculo de orçamentos, controle de equipamento e estudos de planejamento rodoviário do DNER serão feitos, agora, eletronicamente, pelo Centro de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, de acordo com o convênio assinado pelo Ministro Mário Andreazza, dos Transportes, Eng^o Eliseu Resende e o Pe. Laércio Moura, Reitor da PUC - RJ, pelo prazo de 12 meses e no valor de NCr\$ 50 mil.

O Ministro Mário Andreazza colocou à disposição do Reitor Raimundo Moniz de Aragão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e do Pe. Laércio Moura todos os setores do Ministério dos Transportes para estágio de estudantes universitários, durante as férias, sem qualquer ônus. O diretor do DNER, Eng^o Eliseu Resende, ficou encarregado de fornecer-lhes uma lista completa das obras rodoviárias que estão sendo executadas no País.

Explicou o diretor do DNER que o convênio visa a participação da equipe de operadores, programadores e analistas, em formação em seu Departamento, no uso do equipamento eletrônico do Centro de Processamento de Dados da PUC, que será feita sob a orientação do pessoal especializado daquele Centro, destinando-se, principalmente, à execução, por meios eletrônicos, dos seguintes encargos da autarquia:

1) projetos de estradas de rodagem, incluindo os cálculos relativos à locação do alinhamento, curvas horizontais e ver-

ticais, levantamentos, volumes de cortes e aterros e todos os elementos do projeto, passíveis de programação e processamento;

2) obras de arte, no que diz respeito aos cálculos necessários aos projetos de pontes, viadutos e obras de arrimo, bem como cálculo de vigas e lajes e de estrutura de operações matriciais;

3) tráfego, para pesquisas de origem e destino e análise de modelo, a fim de permitir a simulação do tráfego, definir os traçados de novas ligações rodoviárias, inclusive contornos de cidades;

4) cálculo de orçamentos e atualização periódica de tabelas de preços dos serviços e obras;

5) controle de equipamento em uso nas obras rodoviárias, determinando índices de produtividade;

6) estudos de planejamento rodoviário com aplicação dos recursos da Pesquisa Operacional, possibilitando ainda o emprego de programação linear na resolução de problemas de transportes e simulação de decisões.

Nutricionistas Têm Curso Regulamentado

"A Lei não há de ser entendida como autorização indiscriminada a que se registre qualquer tipo de diploma ou certificado que se relacione direta ou indiretamente com o atual curso de nutricionista. Nesse exame inclui-se necessariamente a triagem dos títulos pelo crivo dos níveis de ensino, para se verificar se este ou aquele é de nível superior, médio ou primário, ou simplesmente resultou de um curso de extensão ou de especialização". Eis o que o Conselho Federal de Educação decidiu a propósito da consulta da Diretoria do Ensino Superior sobre registro de diplomas de nutricionistas e dietistas, nos termos da Lei 5.276, de 24-4-67.

Indaga aquela Diretoria se esses diplomas deverão ser registrados quando correspondam a cursos de nível médio e indica os inconvenientes dessa prática, que poderia "levar a enganos como inscrição em concursos de habilitação, enquadramento em nível universitário, etc." A Lei, segundo observa aquele órgão do MEC, dispõe de modo genérico, que o exer-

cício da profissão de nutricionista, em qualquer de seus ramos, será permitido, também "aos diplomados em cursos de nutricionistas ou dietistas, existentes até a data da referida Lei", devendo requerer no prazo de 180 dias o registro de seu diploma ao órgão competente do MEC.

Esclarecendo que o art. 2º da Lei 5.276 insiste de maneira significativa sobre a necessidade do registro do diploma como condição preliminar ao exercício da profissão, observou o CFE, através do seu Serviço de Jurisprudência, que se apresentam a registro milhares de diplomas e certificados abrangendo níveis e modalidades de cursos os mais diversos relacionados com esse tipo de estudos e acrescenta: "A Lei não há de ser entendida como autorização indiscriminada a que se registre qualquer tipo de diploma ou certificado que se relacione direta ou indiretamente com o atual curso de nutricionista" e mais: "se dispôs apenas que o exercício profissional dos diplomados por esses cursos depende de registro no órgão do MEC".

Aconselha o CFE, em cada caso concreto, o exame da autenticidade e valor do título apresentado, isto é, se exprime as condições mínimas de formação do portador para o exercício da profissão em qualquer de suas modalidades. Nesse exame inclui-se necessariamente a triagem dos títulos pelo crivo dos níveis de ensino, para se verificar se este ou aquele é de nível superior, médio ou primário, ou simplesmente resultou de um curso de extensão ou de especialização. Por outro lado, ao concluir, afirma o CFE: "O registro será efetuado no órgão correspondente ao nível de ensino, como resultado dessa análise, em cada caso concreto" e assinala que o Conselho poderá considerar a conveniência de baixar desde já regulamentação para a aplicação da Lei, devendo, nesse caso, a medida ser encaminhada à Comissão de Legislação e Normas.

Curso de Saúde e Nutrição

O Departamento de Nutrição da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, através de convênio firmado entre a Organização Mundial de Saúde e a Universidade de São Paulo, realizará de 1º de março a fins de abril do próximo ano, o II Curso Internacional de Nutrição e Saúde Pública, desti-

nado a médicos, diretores de serviços e pessoas ligadas a programas de Nutrição e Saúde Pública.

Durante os dois meses do curso, 20 bolsistas, 5 dos quais do exterior, terão custeadas suas despesas de moradia e manutenção.

Maiores detalhes e informações poderão ser obtidos na Comissão Nacional de Alimentação do Ministério da Saúde, na Guanabara ou no Departamento de Nutrição da Faculdade de Higiene e Saúde Pública na USP, à Av. Dr. Arnaldo, 715, Caixa Postal 8099, São Paulo.

UF de Minas Gerais Firma Importantes Convênios

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Prof. Gerson de Brito Melo Boson, assinou dois importantes convênios: um com o Ministério das Minas e Energia, visando a um programa de estudo e pesquisa nos campos da Mineração, Geologia e Tratamento de Minérios, e outro com a Eletrobrás e a CEMIG, para a instalação, na Cidade Universitária, de um Laboratório de Extra - Alta Tensão.

O convênio entre a UFMG e o Ministério das Minas e Energia foi assinado pelo Reitor Gerson Boson pelo Ministro José Costa Cavalcanti e pelo Prof. Cássio de Mendonça Pinto, diretor da Escola de Engenharia, além do Engº Francisco Moacyr de Vasconcellos, diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral. O segundo teve as assinaturas do Prof. Gerson Boson, do Prof. Cássio de Mendonça Pinto, pela UFMG, Dr. João Camilo Pena pela CEMIG, e Dr. Mário Bhering presidente da Eletrobrás.

O primeiro convênio, com o Ministério das Minas e Energia, visa ao estabelecimento de um programa de estudos e pesquisas, através da cooperação entre a Universidade e o Departamento Nacional de Produção Mineral, objetivando à intensificação das pesquisas e estudos sobre os recursos minerais do País, bem como a formação e o aperfeiçoamento de profissionais nesse campo.

O convênio dispõe sobre a formação de uma comissão, integrada por dois técnicos do DNPM e dois da UFMG para, no prazo de 60 dias, apresentar os planos de trabalho.

As despesas serão custeadas por verbas próprias do Departamento Nacional da Produção Mineral.

O segundo convênio, entre as Centrais Elétricas Brasileiras S. A. — Eletrobrás, e a UFMG, com a interveniência da Escola de Engenharia e da CEMIG, é para instalação dos Laboratórios de Extra - Alta Tensão na Cidade Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais, para o desenvolvimento de pesquisas e ensaios e a formação de especialistas no setor da Energia Elétrica.

MEC Doou Biblioteca à Escola de Medicina

O Prof. Epílogo de Campos, diretor do Ensino Superior do MEC, visitou em companhia de assessôres e membros da Missão Comercial da Hungria e Alemanha Oriental, a Escola Médica do Rio de Janeiro da Sociedade Universitária Gama Filho, fazendo a entrega ao Centro Acadêmico Albert Sabin, de uma atualizada biblioteca médica e também tratando do reequipamento daquela Escola, que será feito com material dos convênios firmados entre o MEC e aqueles países socialistas.

Ceará: UF tem Plano Para Desenvolvimento

O Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Ceará elaborou um programa destinado a possibilitar o desenvolvimento da Zona Norte daquele Estado, com a colaboração técnica do CLANEB (Centro Latino Americano do Nordeste Brasileiro), recém-instalado na Universidade do Ceará e a assistência técnica da Universidade da Califórnia, de Los Angeles.

O programa de desenvolvimento da Zona Norte do Ceará obedece a três etapas sucessivas: 1) diagnóstico sócio-econômico para identificação, principalmente, dos recursos humanos, recursos naturais e recursos de capital existentes

na área; 2) plano global e integrado de desenvolvimento da Zona Norte baseado nas conclusões do diagnóstico, com identificação e ordenamento de projetos prioritários, estabelecimento de escalas de prioridades para os investimentos públicos e privados, bem como fixação das estratégias de desenvolvimento; 3) elaboração dos projetos específicos, tanto governamentais como de empresas particulares para implantação em caráter progressivo.

Convênio de Assistência Na Pesquisa Científica

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, Prof. Gérson de Brito Melo Bosa, assinou convênio com o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo, representado pelo seu diretor, Prof. Paulo Vanzolini, com o fim de incrementar a colaboração entre os dois institutos, no campo da pesquisa científica.

O convênio, que terá dois anos de duração, prevê atividades coincidentes e complementares, intercâmbio de uso de bibliotecas e equipamentos, organização e realização de expedições conjuntas, além da formação e aperfeiçoamento de pessoal auxiliar e técnico científico.

O Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura de São Paulo colocará à disposição do Museu de História Natural da UFMG uma longa experiência no campo da pesquisa zoológica, e seu acervo, considerado dos maiores do Brasil: biblioteca especializada, quadro de pesquisadores e produção científica constante e de reconhecimento internacional.

Universidade de Brasília

Tendo sido eleito Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília, o Prof. Caio Benjamin Dias foi também investido nas funções, que assumiu em 17 do corrente, de Presidente da Fundação e de Reitor da Universidade. O Prof. Caio Benjamin Dias é catedrático da Faculdade de Medicina da UFMG.

Revisão da Política Tecnológica do País

O levantamento e registro relativos ao estágio tecnológico do País especialmente no campo da Engenharia, bem como sua adequação às necessidades do desenvolvimento nacional, foram sugeridos, em declaração à imprensa, pelo presidente da Comissão Permanente de Defesa da Engenharia Nacional, Eng^o Wilson Ribeiro Gonçalves.

— Paralelamente — acentuou — deve-se fazer o estudo do conhecimento tecnológico mundial, visando a um programa racional de suplementação à tecnologia brasileira nos setores em que somos deficientes, sempre, porém, com o objetivo de criar ou incentivar o estabelecimento permanente, no País, de técnicas novas.

Defendeu o Eng^o Ribeiro Gonçalves a “urgente necessidade de ser formulada, com precisão, uma Política Tecnológica Nacional, destinada a criar tôdas as condições favoráveis a um desenvolvimento rápido e firme da economia brasileira”.

Apontou o presidente da Comissão Permanente de Defesa da Engenharia Nacional, para definição dessa política, certo número de princípios que deverão, a seu ver, “servir de roteiro prático imediato para a ação das autoridades federais incumbidas de encaminhar essa importante matéria”.

Recordou, em seguida, o Eng^o Ribeiro Gonçalves a advertência feita pelo Embaixador Sérgio Correa da Costa, quando de sua posse na Secretaria Geral do Itamaraty, segundo a qual “se o Brasil não se equipar adequadamente, perderá a hora da revolução científica e tecnológica de nossos dias, mesmo antes de ter completado a revolução industrial do século XIX”.

Indicou, por outro lado, a necessidade de se “promover incentivos aos técnicos e pesquisadores do País, no sentido de criar e desenvolver técnicas avançadas, até o estabelecimento de uma autêntica tecnologia nacional. Ao mesmo tempo, a Política Tecnológica deverá traçar normas que conduzam a um intenso intercâmbio entre técnicos e professores das diversas regiões do País e, dêstes, com seus colegas estrangeiros”.

O Eng^o Ribeiro Gonçalves mencionando os casos expostos no livro “A Luta pela Engenharia Brasileira”, recém-lançado pelo Clube de Engenharia e elaborado pela Comissão de que é presidente, defendeu o “estabelecimento de exigências específicas, tendo em vista apenas o permanente interesse nacional, na importação de técnicas ou técnicos estrangeiros, quer para a formulação de projetos, execução de obras ou assistência técnica, de maneira a que se processe apenas em caráter supletivo e sempre com a garantia da permanência no País de tecnologia importada”.

Finalizando suas declarações, afirmou que se impõe a “ampliação da capacidade das firmas e empresas brasileiras, através da criação de oportunidades e incentivos que permitam o seu desenvolvimento pela aquisição preferencial, no âmbito da iniciativa privada, de equipamentos e técnica estrangeira supletiva. Ao lado disso, devemos acelerar a formação de técnicos de todos os graus, de maneira a atender as necessidades impostas pelo desenvolvimento nacional, tornando as Universidades autênticas matrizes do progresso do País”.

Contribuição Brasileira à Conferência de Caracas

Viajaram para os Estados Unidos os Profs. Oscar Machado e Antônio Moreira Couceiro, como participantes da

reunião preliminar de técnicos em educação a ser realizada em Washington, para preparação da Assembléia do Conselho de Cultura Interamericano, levando uma série de 26 proposições e projetos brasileiros.

Desta reunião, quando serão apresentadas e debatidas proposições de 21 países membros da OEA, visando a uma integração na área educacional, serão tiradas sugestões para o temário da Reunião dos Ministros de Educação, convocada pela Organização dos Estados Americanos para fins de janeiro.

O Brasil — através dos Profs. Oscar Machado e Antônio Moreira Couceiro —, levou teses distribuídas em cinco itens — cultura, aperfeiçoamento de pessoal, material didático e compêndios de estudo, educação comparada e ensino programado, afirmando os representantes do MEC terem a incumbência de defender tôdas as proposições com a mesma disposição, embora saibam que terão maior possibilidade de aprovação as que contribuírem para a integração do Continente.

Dos projetos brasileiros constam, no que se refere ao item cultura, os relativos à criação de um laboratório-*atelier* para o patrimônio histórico e artístico, criação de museus itinerantes, desenvolvimento cultural de Brasília e reorganização da Biblioteca Nacional. Sobre aperfeiçoamento de pessoal, os projetos referem-se a um centro interamericano de planejamento universitário, auxílio para treinamento de bolsistas e expansão dos centros de formação de pessoal do ensino superior, preparação de pessoal técnico para administração escolar, profissionalização de professores leigos, melhoria do rendimento de ensino no 1º ano primário, formação e aperfeiçoamento de professores para as disciplinas do ensino técnico, assessoria técnica para programas de preparação da mão-de-obra qualificada, formação de técnicos ceramistas, formação de técnicos da indústria têxtil em São Paulo e na Guanabara.

Na parte de material didático e compêndios de estudo o Brasil apresentará projetos para criação do museu peda-

gógico e sugestões para emprêgo de material audiovisual. Sobre educação comparada, referem-se as proposições a um centro interamericano de processamento e computação de censo universitário, à pesquisa e planejamento do ensino superior, a um centro de estudos latino-americano de população, a uma faculdade Interamericana de Educação, à implantação e mudança para a normalização do fluxo de alunos da escola primária brasileira e o planejamento da escola integrada brasileira de oito anos.

Finalmente, na parte de ensino programado, o Brasil defenderá projetos sobre alfabetização de adultos, formação de mão-de-obra qualificada para o ensino rural e condições e pressupostos da mudança na política educacional.

Os trabalhos foram ordenados por uma comissão especial nomeada pelo Ministro Tarso Dutra e integrada pelo Presidente do Conselho Federal de Educação, Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Diretor do Departamento Cultural e Informações do Ministério das Relações Exteriores, Conselheiro Oscar Machado, da Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Presidente da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, Diretores do Departamento Nacional de Educação, Diretorias de Ensino e Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Pesquisas Radioativas na UF de Minas Gerais

O Instituto de Pesquisa Radioativa da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, órgão que funciona com seis divisões, um departamento e cinco serviços gerais, e tem a seu serviço 60 pesquisadores de nível superior, 30 de nível médio e 16 estagiários, está com amplas perspectivas face à nova política nuclear do Governo Federal.

O Instituto de Pesquisa Radioativa é dirigido por dois cientistas — o Prof. Milton Campos, na qualidade de diretor-geral, e o Prof. Luís de Castro Oliveira, como vice-diretor. Estão em pleno funcionamento seis divisões de ensino técnico-

científico: Física, instrumentação e controle, Engenharia de Reatores, Química, Materiais, Aplicação de Radioisótopos com um Departamento —, o de Segurança de Rádio Proteção, destinado à preservação dos que trabalham com materiais atômicos —, e o próprio reator e seis serviços gerais, que se incumbem de um modo geral da parte administrativa do Instituto: Oficina Mecânica, Oficina de Vidros, Biblioteca, Publicações e Medicina de Urgência.

Todo este mecanismo em funcionamento exige o trabalho de 60 estagiários (alguns deles vindos de nações latino-americanas), e 30 funcionários burocráticos.

A manutenção de todo este sistema destinado às pesquisas sobre energia nuclear em Minas Gerais é, até o momento, o único no gênero, e feita com verba orçamentária da Universidade Federal de Minas Gerais, e mediante convênio com a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Esta é que fornece condições para a aquisição do equipamento científico necessário, e do material de consumo e permanente. Por sua vez, a UFMG se encarrega da manutenção do pessoal permanente e dos laboratórios.

Muitos têm sido os trabalhos de repercussão internacional já efetuados pelo Instituto de Pesquisa Radioativa, que mantém convênio internacional com a Comissão de Energia Nuclear da França, com a finalidade de estudar o ciclo do tório para reatores.

Outro convênio está em via de ser assinado com a Universidade da Califórnia, EUA, para o estudo em nível de mestrado das ciências nucleares.

Dos trabalhos já efetuados, destaca-se um processo já patenteado, que tem a colaboração da METAMIG e versa sobre mineroduto, isto é, o transporte de minérios através de tubos, a longas distâncias. Este trabalho está destinado a ter imensa repercussão no setor industrial de Minas Gerais, principalmente na siderurgia, uma vez que vai permitir maior economia de transporte, e maior rendimento do minério proveniente de minas localizadas a grandes distâncias dos altos-fornos.

O Eng^o Osmar Campos Ferreira, pesquisador científico do Instituto, vai representá-lo no Simpósio de Utilização de Reator Atômico, a se realizar no Japão, e apresentará a tese "Medidas de Vazão em Rios, Turbinas e Conduitos Forçados". Essa tese tem profundo interesse para as indústrias de energia elétrica, uma vez que mostrará o cálculo para a vazão dos rios e a pressão exercida pelas águas sobre as turbinas ou outros condutos forçados, como túneis, à base de resultados obtidos pelo reator atômico, com uma precisão impressionante de dados, principalmente quanto à resistência dos materiais a serem empregados.

Outro trabalho que está sendo executado em Araxá é o levantamento das possibilidades minerais atômicas daquela região do Triângulo Mineiro, com prospecção de urânio, tório e nióbio e terras raras. Destina-se a ter grande valia para o desenvolvimento das pesquisas nucleares em Minas Gerais e no País. Nesta prospecção, o Instituto, em convênio com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, está empregando cinquenta operários, dois geólogos e quatorze administradores, que estão fazendo galerias e postos de prospecção no subsolo, visando à medição cúbica dos minerais atômicos ali em ocorrência.

Já no trabalho denominado ciclo do tório-água pesada, se empenharam vinte pesquisadores de nível superior — engenheiros nucleares — que vêm recebendo decidido apoio da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O diretor do IPR, Eng^o Milton Campos, aplaudindo a atual política atômica do Governo Federal — valorização do cientista brasileiro em todos os sentidos —, afirmou que o Brasil ainda precisa esperar perto de oito anos a fim de colocar em prática com resultados concretos, sua pesquisa atômica, e poder lançar mão, em consequência, da energia nuclear para fins pacíficos. O principal obstáculo à aceleração da política nuclear, a seu ver, é que o Brasil vai precisar de, no mínimo, vinte mil toneladas de urânio e as prospecções feitas até o momento pela Comissão Nacional de Energia Nuclear ainda não constataram grandes bacias sedimentais. As pesquisas estão voltadas, neste momento, e com muitas esperanças, para os Estados do Piauí e Maranhão.

O Prof. Milton Campos informou que, se voltarem para o País, como deseja o Govêrno, eminentes técnicos e pesquisadores atualmente no exterior, a política de utilização do átomo para fins pacíficos, terá plenas condições de execução. "Só de Minas Gerais — concluiu — estão no estrangeiro os Profs. José Israel Vargas, Ricardo Brant Pinheiro e Paulo Tofani, na França; Alexandre Sete Câmara, em Bruxelas; Arisio Nunes, nos Estados Unidos; Witold Lepecki e Sérgio Salvo Brito, na Áustria.

Medicina: 50% Fazem Dois Exames

Uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Escolas Médicas revela que pelo menos a metade dos candidatos a êsses estabelecimentos de ensino precisa passar por dois exames vestibulares antes de ser admitida.

A ABEM realizou êsse inquérito em 1966, abrangendo 23 das 40 Escolas Médicas do País, publicando seus resultados num estudo intitulado "Características Sócio-Econômicas dos Candidatos aos Cursos de Medicina do Brasil".

O trabalho, definido por seus organizadores como "um passo adiante no complexo problema de admissão às Faculdades de Medicina, mostrou ainda que sete em cada dez estudantes freqüentaram "cursinhos" pré-vestibulares de um a dois anos. A maioria dos candidatos (80 por cento) é do sexo masculino, 63 por cento estavam entre 19 e 22 anos de idade, e 70 por cento não tinham ocupação remunerada.

O estudo sôbre os vestibulares de Medicina foi feito através de um questionário contendo 24 quesitos e abrangendo os seguintes itens:

1 — Características gerais do candidato: nome, sexo, idade, estado civil, número de filhos, nacionalidade e naturalidade, local de residência permanente.

2 — Características gerais da família: nome, naturalidade, nacionalidade e nível de instrução dos pais, número de irmãos vivos.

3 — Características da vida escolar do informante: anos de início e término das escolas primária, ginásial e colegial; tipo de colégio freqüentado; outros cursos freqüentados; exames vestibulares anteriores, assinalando o ano letivo, escola e localidade.

4 — Características da situação econômica do estudante e de sua família: nível ocupacional dos pais; ocupação remunerada exercida pelo informante e dependentes sustentados pelo mesmo.

O questionário foi enviado às 40 Escolas de Medicina existentes no País em 1966. São Paulo na época possuía sete escolas, três na capital, uma em Ribeirão Preto, uma em Sorocaba, uma em Campinas e uma em Botucatu. As perguntas foram respondidas por todos os candidatos do País, no momento da inscrição. Depois de preenchidos os questionários foram confrontados com outro estudo semelhante sôbre as características sócio-econômicas do primeiranista de Medicina.

Os resultados obtidos, embora contivessem dados preciosos, não chegaram a surpreender os sociólogos brasileiros.

Das 40 Escolas Médicas existentes em 1966 no Brasil, apenas 23 devolveram os questionários, respondidos à Associação Brasileira de Escolas Médicas. Nestas Faculdades, inscreveram-se 14.002 candidatos, tendo-se obtido informações a respeito de 13.000.

A maioria dos postulantes (94 por cento) aos cursos médicos é solteira, do sexo masculino (80 por cento) e com idade média de 22 anos. Em apenas duas escolas é relativamente maior a proporção de candidatos casados: na Faculdade de Medicina do Pará e na Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão, 98 por cento dos candidatos são de nacionalidade brasileira.

A grande maioria dos inscritos freqüentou o Curso Científico. Tomados os dados globais, observa-se que 57,8 por cento dos candidatos terminaram a 3ª série colegial na cidade-sede da escola na qual pretendiam ingressar; 13,2 por

cento o fizeram no mesmo Estado e, 27,3 por cento, em outros Estados.

Praticamente 7 em cada 10 candidatos aos exames vestibulares de Medicina freqüentaram cursos preparatórios. Em apenas 3 das Faculdades estudadas, predominam os alunos que não fizeram cursos vestibulares: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Maranhão (56,4 por cento), Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas (51,6 por cento), e Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Santa Maria (70,5 por cento). Nas Escolas Médicas do Rio de Janeiro e São Paulo, cerca de 80 por cento dos candidatos se haviam submetido a cursos preparatórios.

Dos 9.181 candidatos que declararam ter freqüentado cursos vestibulares, 68,7 por cento realizaram tais estudos durante um ano; 22,4 por cento freqüentaram cursos vestibulares durante dois anos, e 6,9 por cento alegaram duração ainda maior. Dos 13.000 informantes, 5.823 já se haviam apresentado anteriormente aos exames vestibulares para os cursos médicos; 31 por cento haviam prestado um único exame, 30 por cento dois, 15 por cento três, 9,6 por cento quatro, 4 por cento cinco, e 6 por cento seis ou mais. Um pequeno número de estudantes (4,2 por cento) ao mesmo tempo que tenta o ingresso nas Escolas de Medicina, presta exame para outras modalidades de ensino superior.

Aproximadamente a décima parte dos pais é de origem estrangeira, atingindo-se índices ainda mais altos em Niterói, Rio de Janeiro e Curitiba. Menos da quinta parte teve educação de nível superior (44 por cento não foram além da escola primária, e 33,2 por cento atingiram a escola média). Com relação às mães, apenas 3,8 por cento têm curso de nível superior; 45,4 por cento freqüentaram a escola primária, 20 por cento o ginásio e 18,4 por cento o colegial. Quanto à ocupação dos pais, 64 por cento se dedicam aos trabalhos de inspeção e supervisão; 12 por cento a ocupações do tipo manual e 17 por cento são profissionais liberais e administradores. Setenta por cento dos candidatos não trabalham. Dos que trabalham, entretanto, 55 por cento não possuem dependentes, sendo o restante ou casados ou encarregados do sustento dos pais.

Êxodo de Cientistas Empobrece o Brasil

O Prof. Marcelo Silva Júnior, membro da comissão designada para estudar o reajustamento salarial de professores e pesquisadores da UFRJ, afirmou que, no último quinquênio, cerca de três mil latino-americanos com educação universitária emigraram definitivamente para os Estados Unidos, o que representa um prejuízo de US\$ 60 milhões aproximadamente, não computada a perda de riqueza que esses profissionais poderiam ter produzido, em benefício direto de seus países.

Lembrou que, no último decênio, cerca de 100 cientistas, engenheiros e médicos, em média regular, anual, emigraram do Brasil para os Estados Unidos, o que considerado o respectivo custo de formação — 20 a 30 mil dólares — importa na perda de um investimento de 2 a 3 milhões de dólares, vale dizer, 5 a 8 milhões de cruzeiros novos, desfalque tremendo no contingente do desenvolvimento. Entre esses valores exportados, figuram expoentes da pesquisa nuclear e eletrônica, hoje servindo à ciência norte-americana com altos vencimentos e completa assistência material em instalações e equipamentos.

Para o Prof. Silva Júnior só há uma solução para o complexo problema da fixação dos altos valores nos quadros universitários: uma recompensa que permita, com tranquilidade financeira, a dedicação exclusiva ao trabalho intelectual, como ocorre nos países adiantados, dos Estados Unidos à União Soviética.

— O anteprojeto da comissão apresentado ao Reitor Raimundo Moniz de Aragão — prossegue o Prof. Silva Júnior — é informado pela legítima doutrina do "full-time", entre nós profundamente desvirtuada, a ponto de se querer estender esse regime especial de trabalho aos quadros burocráticos, quando, em toda parte, é privativo das funções de magistério e técnico-científicas.

Acrescenta o Prof. Silva Júnior que a doutrina em que se fundamenta o regime de dedicação exclusiva, exige alta confiança, elevada remuneração, livre opção por parte do servidor, garantia de estabilidade enquanto observadas suas características, facilidades administrativas de concessão do regime especial (nomeadamente dotações específicas, facilmente disponíveis) e, ainda, fiscalização eficiente e rigorosa, com sanções exemplares para os descumpridores do compromisso assumido, o que pressupõe ampla autonomia do órgão universitário concessionário do benefício, desde que integrado por elementos moral e culturalmente idôneos.

— Por isto — explica o Prof. Silva Júnior — sugerimos a criação da COPETIDE (Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva), composta de 5 membros e 5 suplentes, todos professores de notório saber e reputação ilibada, os quais serão nomeados pelo Ministro da Educação mediante escolha entre 20 nomes indicados pelo Conselho Federal de Educação. Entretanto, para que aquela fixação no **campus** universitário seja realmente estável e desejada, não basta a incidência, proposta, de determinado percentual sobre o vencimento básico do servidor: é imprescindível a computação de um fator de correção da moeda inflacionária, para que ele renuncie mesmo às vantagens de outras atividades, remuneradas ou não. Isso está previsto em nosso plano.

— Diz a Filosofia — assinala o Prof. Silva Júnior — que o mais seguro caminho da verdade é o consenso unânime. Ora, se a História registra que nenhum país chega ao cume do desenvolvimento sem todo aprêço pelos cérebros criadores, por que a vacilação, ainda, de nossos governantes?

Acrescenta que o Brasil, gigante jovem, de dimensão continental, não pode ter a veleidade de exigir validamente os seus direitos na mesa das decisões internacionais "armado de arco e flecha".

— Será ouvido e acatado — acrescenta — como ontem a França e hoje a China, desde que se constitua em potência nuclear. E a verdade é que, intelectualmente, é capaz disso. Seus valores jamais lhe faltaram, quando descobertos e convocados por governos de visão política, que lhes concederam ampla oportunidade de realização.

aspectos internacionais da educação

Cem Mil Estudantes Estrangeiros Nas Escolas dos Estados Unidos

Larry Frederick

Um número sem precedentes de estudantes — exatamente 100.262 — de uma cifra recorde de países e territórios — 172 — freqüentaram 1.797 Universidades e Colleges dos Estados Unidos, durante o ano escolar de setembro de 1966 a junho de 1967.

Estes números, compilados pelo Instituto de Educação Internacional (IIE), de Nova York, reflete o impetuoso crescimento do intercâmbio educacional nos EUA, a partir da II Guerra Mundial. Durante o período anterior à Guerra, cerca de 10 mil estudantes estrangeiros demandavam para os EUA, a cada ano. Por volta de 1955, o primeiro ano em que o IIE coligiu dados estatísticos sobre o intercâmbio educacional, o número havia aumentado para 34.232. Cada vez mais estudantes têm visitado os Estados Unidos e os funcionários do IIE prevêem que a tendência manterá o ritmo ascensional.

Enquanto os dados estatísticos mudam, também mudam os estudantes, de acordo com o presidente da Associação Nacional para Assuntos de Estudantes Estrangeiros, Sr. Furman Bridgers, da Universidade de Maryland.

— Uma nova espécie de estudantes estrangeiros está aparecendo — diz o Sr. Bridgers. Mais cuidadosamente protegidos, mais bem preparados financeiramente, mais sofisticados, os estudantes estrangeiros estão criando uma nova imagem de si mesmos. Eles sabem o que querem e tomam lugar entre os melhores.

A hospitalidade é uma das melhores características que os estudantes estrangeiros dizem encontrar nos Estados Unidos. Uma observação quase geral é a de que os estudantes dos Estados Unidos são fraternais e procuram ajudar os estrangeiros a se adaptarem ao modo de vida norte-americano.

Muitas Universidades têm departamentos especiais para abrigar estudantes estrangeiros, enquanto outras, as maiores, têm as chamadas "casas internacionais", que acolhem estudantes estrangeiros e norte-americanos interessados em aprender línguas estrangeiras, história e costumes de outros países. Essas casas têm amplo programa de recepções, danças, piqueniques, visitas a museus, concertos e discussões informais entre os grupos.

Um terço dos estudantes estrangeiros que cursaram estabelecimentos norte-americanos no ano letivo 1966/67, era procedente da Ásia, especialmente da República da China, do Japão, de Hong Kong, da Coréia e das Filipinas, cada um dos quais enviou mais de 2 mil estudantes. O Canadá, como sempre, compareceu com o maior número, 12 mil. A América Latina enviou 18 por cento dos estudantes, a Europa 12 por cento e o Oriente Médio, 14 por cento.

Como no passado, os estudantes procuraram principalmente instituições de ensino na Califórnia e em Nova York. Coléges e Universidades da Califórnia abrigaram 17 por cento do total e instituições de Nova York, 13 por cento. O Woodbury College, de Los Angeles, na Califórnia, atingiu a mais alta proporção dos estudantes estrangeiros, 21 por cento. A Universidade da Califórnia, pelo décimo ano consecutivo, teve mais estudantes do que qualquer outra instituição, perto de 5.800. A Universidade de Nova York colocou-se em segundo lugar, com cerca de 2.600.

Muitos dos estudantes estrangeiros — 22 por cento — estudam Engenharia, mais do que qualquer outra matéria. Humanidade é a escolha de 20 por cento e Ciências Físicas e Naturais de 17 por cento. Muitos estudantes norte-americanos, em contrapartida, estudam na Universidade de Paris e outras instituições estrangeiras, elevando-se esse número a 1.964. A Universidade das Américas e a Universidade Interamericana, no México, a Universidade de Madri e a de Londres são, respectivamente, a segunda, terceira, quarta e

quinta, a receberem o maior número de estudantes norte-americanos em seu **campus**.

Talvez o maior incremento no intercâmbio educacional tenha sido o do número de professores e eruditos que freqüentaram instituições norte-americanas. Em 1954/55, o número deles foi de apenas 635; em 1966/67, cresceu para 10.700. O Reino Unido enviou 1.424 professores, mais do que qualquer outro país. Em seguida vêm, pela ordem, a Índia, o Japão e a Alemanha. Demandaram ao exterior, por outro lado, em 1966/67, 4.674 professores norte-americanos. A Europa recebeu mais da metade deles, mas 15 por cento dos professores escolheram a América Latina, 13 por cento a Ásia e 11 por cento, a África.

Integração Universitária Para Desenvolvimento da AL

Com a participação de representantes de 70 instituições universitárias de 17 países da América Latina, realizou-se na Universidade de San Marcos, em Lima, no Peru, de 21 a 26 de outubro último, a V Assembléia Geral da União de Universidades da América Latina — UDUAL — com o objetivo de estudar os principais problemas relacionados com o ensino e a investigação científica nas Universidades latino-americanas.

O Vice-Reitor, no exercício da Reitoria da Universidade de São Paulo, Prof. Mário Guimarães Ferri, participou do encontro, tendo-lhe cabido a presidência de duas sessões plenárias, e a presidência da Comissão que elaborou a proposta do tema "Urgência de Fomentar a Educação Científica de Base, para Completar a Formação Universitária Latino-Americana", submetida à apreciação do plenário. Foi ainda o Vice-Reitor da USP, eleito vice-presidente do Conselho Executivo da UDUAL.

Quanto ao tema "Urgência de Fomentar a Educação Científica de Base, para Completar a Formação Universitária Latino-Americana", recomendou a Assembléia a necessidade de ser despertado o interesse pelos estudos científicos desde o nível primário e mantê-lo nos níveis secundário e superior. Neste último, deve ser incrementada e desenvolvida a criação de cursos de pós-graduação e intensificados os cursos de especialização e de divulgação dos conhecimentos

científicos. Outra recomendação diz respeito à formação humanística, que não pode ser ignorada pela formação científica, devendo ser levada em conta pelos sistemas educacionais. Mais que o conteúdo dos currículos universitários, importa criar no estudante universitário uma atitude verdadeiramente científica.

Considerando que não pode haver Universidade onde ensino e pesquisa estejam divorciados, foi recomendado às Universidades da América Latina: a) que estudem a incorporação na Universidade, dos Institutos de Investigação porventura existentes fora dela e que estimulem a criação de outros; b) a criação de órgãos coordenadores, no âmbito nacional, dos programas de investigação; c) a criação de um Centro Latino-Americano, com vistas à coordenação dos programas de investigação na América Latina.

Diz ainda outra recomendação: "além dos problemas que, por sua natureza, são de interesse universal, devem ser atendidos os de interesse nacional ou regional, pois estes são de importância imediata para as nações da América Latina, visto ser sua solução indispensável para o processo de desenvolvimento dessas nações, evitando assim a importação de "know-how" estrangeiro, muitas vezes inadequado e inoperante."

França Também Tem Excedentes

A campanha lançada pelo Ministério da Educação, da França, para que os jovens franceses se inscrevessem nas Faculdades de Medicina, de Ciências e de Engenharia, pois o progresso industrial exigia pessoal classificado em número cada vez maior, seguiu-se um resultado imprevisível. Os alunos inscritos são em número muito superior à capacidade das Universidades e procura-se agora uma solução para o problema da "explosão cultural". Para resolver de imediato o problema será feita uma seleção muito rigorosa dos candidatos.

— Não pretendemos impor um sistema rígido — declarou o Ministro da Educação, mas torna-se necessário que a seleção seja mais apurada. Mais do que muitos estudantes, a França precisa de bons estudantes. Prevê o Ministro que um novo sistema deverá ser encontrado e aplicado dentro dos próximos dois anos.

atos oficiais

Lei nº 5.353, de 8-11-67 — Dispõe sobre a criação, no MEC, de 9 (nove) Prêmios Literários Nacionais (D.O. 10-11-67).

Dec. nº 61.617, de 3-11-67 — Concede reconhecimento à Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande, da Universidade Católica de Pelotas, RS (D.O. 8-11-67).

Dec. nº 61.659, de 8-11-67 — Autoriza o funcionamento do Curso de Estudos Sociais da FFCL Nossa Senhora do Patrocínio, de Itu, SP (D.O. 13-11-67).

Dec. nº 61.775, de 24-11-67 — Dispõe sobre o afastamento de Servidores Públicos Federais para o exterior (D.O. 27-11-67).

Dec. nº 61.692, de 13-11-67 — Autoriza o funcionamento da Faculdade de Medicina da Universidade de Caxias do Sul, RS (D.O. 17-11-67).

Diretores

Foi nomeado Diretor:

— da Escola de Química da UFPR, o Prof. Dirceu Correia (D.O. 7-11-67);

— da Escola de Engenharia da UFPB, o Prof. Serafim Rodriguez Martinez (D.O. 14-11-67);

— da Faculdade de Ciências Econômicas da UFCE, o Prof. Luís Alberto dos Santos Brasil (D.O. 24-11-67);

— da Escola Central de Nutrição, Rio de Janeiro, GB, o Prof. Bruno Moraes (D.O. 27-11-67);

— da Faculdade de Direito da UFPE, o Prof. Mário Neves Batista (D.O. 28-11-67).

